

33º Encontro Anual da ANPOCS

GT 41: Transformações sociais e projetos políticos em concorrência: reflexões a partir do rural

Título: Um novo tempo de luta pela terra em Roraima

Autor: Carlos Alberto de Sousa Cardoso

Um novo tempo de luta pela terra em Roraima

Carlos Alberto de Sousa Cardoso¹

A presente comunicação é parte de uma investigação acerca do II Plano Nacional de Reforma Agrária² (II PNRA), analisado a partir da realidade dos projetos de assentamentos rurais de responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), localizados no estado de Roraima, executada durante a realização do Curso de Mestrado em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. Durante a referida investigação deparei-me com sindicatos de trabalhadores rurais e com movimentos sociais rurais e nesse contato foi possível conhecer a atuação, mobilização, pressão e protesto destes para que o governo federal implementasse os projetos de assentamento rural nesse estado. Toda essa movimentação está relacionada com outros processos de luta pela terra no Brasil. Após a conclusão da referida pesquisa passei a me dedicar ao estudo mais aprofundado dessas questões e esse texto tem o objetivo de apresentar o quadro atual do movimento sindical e do movimento social rural em Roraima.

Durante a realização da investigação acerca do II PNRA estudei brevemente a organização das famílias acampadas e assentadas em Roraima que lutavam e lutam por um pedaço de terra para viver e trabalhar e também pela garantia do estabelecimento de políticas públicas direcionadas para os agricultores de base familiar. Para esse fim, realizei uma investigação da constituição e da ação dos movimentos sociais rurais e do movimento sindical rural em Roraima e, durante algum tempo, acompanhei lideranças desses movimentos e visitei um acampamento coordenado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e 5 projetos de assentamento rural onde apliquei questionários e efetuei entrevistas com moradores e lideranças locais.

Para melhor entender as particularidades de Roraima estudei a questão

1 Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima. Endereço eletrônico: cacau@ufr.br

2 O II PNRA foi lançado ao final do primeiro ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em novembro de 2003.

agrária brasileira com o objetivo de compreender como a posse e o uso da terra constituiu-se em nossa sociedade. Essa investigação permitiu observar como o Estado interveio em prol de um modelo agro-exportador e relegou para um outro plano o desenvolvimento de uma agricultura de base familiar (LINHARES; SILVA, 1999, PALMEIRA; LEITE, 1998 e OLIVEIRA, 1988).

O desenvolvimento do referido modelo e a expansão do capitalismo no país, no período pós-1964, implicou em uma nova ocupação da Amazônia brasileira, como forma de reduzir conflitos sociais de outras regiões e incorporar esse vasto território ao próprio sistema (CARDOSO, MÜLLER, 1977, MARTINS, 1980, PALMEIRA; LEITE, 1998). O estado de Roraima sofreu os impactos dessa expansão recebendo grande fluxo de pessoas nos últimos 40 anos, transformando-se de um estado em que era fácil a obtenção de terras, como afirmava a propaganda governamental, numa região onde o agronegócio e os sem-terra disputam sua territorialização (CARDOSO, 2009, VALE, 2005, DINIZ, 1998, BARROS, 1995).

De acordo com autores acima citados, Roraima recebeu um forte fluxo de migrantes durante a ditadura militar, dos quais muitos deixaram suas regiões de origem expropriados pela violência no campo, bem como o sonho de encontrar o eldorado e as oportunidades que abriram-se com a passagem de Território Federal para Estado da Federação, em 1988 (RODRIGUES, 1996). Nessa época, de acordo com Diniz (1998) era muito comum e até mesmo facilitado a obtenção de um lote nas áreas rurais, pois conforme Vale (2005) o governo do estado realizava propagandas em estados do Nordeste incentivando o deslocamento para essa região, informando que aqui o acesso a terra era facilitado, inclusive com slogans do tipo: “em Roraima milho vale ouro”. Muitos colonos, como eram identificados os migrantes que seguiam para as áreas rurais, utilizavam essas facilidades para obterem vantagens financeiras, porquanto recebiam um lote, realizavam algumas benfeitorias, derrubavam a mata, vendiam madeira e formavam pasto e em seguida a vendiam e posteriormente reivindicavam um novo lote (DINIZ, 1998).

Contudo, destarte essas aparentes facilidades de acesso a terra, ocorriam conflitos sociais no interior do Estado, especialmente nas regiões de maior fluxo de migrantes. Nessas áreas, como por exemplo o Sudeste de

Roraima, localidade atendida pela perimetral Norte, BR 210, rodovia que permitiu a criação de vários projetos de colonização, aconteceram uma série de embates entre famílias assentadas em projetos do INCRA e os madeireiros, fazendeiros criadores de gado e grileiros.

As precárias condições de infraestrutura encontradas pelos migrantes, estradas vicinais transitáveis somente na estação seca do ano, falta de escola, postos de saúde e até de outros serviços públicos básicos como correio, por exemplo, dificultavam muito o cotidiano dessas famílias. Estes obstáculos para o desenvolvimento das famílias de migrantes, mais os conflitos que se armavam nesse região, chamaram a atenção da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do estado do Amazonas. Com isso, essa entidade passou a exercer atividades na região ao final dos anos 70 do século passado, auxiliando as referidas famílias a organizarem-se em associações de produtores rurais, colaborando tanto com a ordenação da produção quanto com a formação política (CARDOSO, 2009; SANTOS 2001).

Em virtude da conjuntura política do país naquele período e da presença da CPT/AM surge nessa região os primeiros passos para a criação tanto do movimento sindical rural quanto do movimento social rural em Roraima. É no Sudeste do estado que surgiu o primeiro sindicato de trabalhadores rurais, que mais tarde permitiria a criação da Federação do Trabalhadores na Agricultura no Estado de Roraima (FETAG/RR) e a primeira associação de mulheres agricultoras, que se vinculou a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e posteriormente, em 2004, se transformou em Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). A própria CPT de Roraima vai ser constituída em uma assembléia em 1995 nessa região (CARDOSO, 2009; SANTOS 2001).

A luta dessas entidades passava pela organização das famílias assentadas para protegerem-se de madeireiros, fazendeiros e grileiros de terras e pela promoção de políticas públicas que garantissem a manutenção desses agricultores de base familiar em seus lotes com qualidade de vida. Porém, ao fim dos anos de 1990 surge o agronegócio e um novo sujeito se instalou nessa região. São produtores de soja e de arroz que passam a ser incentivados por políticas estaduais e mais tarde, empresas de reflorestamento e mais

recentemente constata-se a presença de produtores de cana-de-açúcar³. Essa nova realidade vem causando uma pressão sobre os agricultores assentados em projetos coordenados pelo INCRA, pois os setores anteriormente referidos vem avançando sobre essas áreas no sentido Norte-Sul e Sul-Norte do estado (WEHRMANN, 1999, CARVALHO, 2007, CARDOSO 2009).

Com a descrição desse último quadro, aquela realidade mencionada logo no início do texto de que Roraima seria um estado de fácil obtenção de terras, transformou-se com a presença do agronegócio. As possibilidades de conquista de um lote e a implementação de assentamentos rurais por parte do INCRA foram reduzidas. Além disso, com o fim do garimpo em Terras Indígenas em 1989 (ao menos oficialmente), a redução da execução de obras relativas ao estabelecimento de uma nova infraestrutura referente ao fato da criação do Estado em 1988, o contínuo deslocamento de pessoas para região e o processo de modernização da administração estadual com efetivação de concursos públicos para preenchimento de cargos e, por outro lado, a demissão de centenas de pessoas não concursadas, gerou uma demanda por projetos de assentamento rural que o INCRA não correspondeu, mesmo dispondo de terras públicas para esse fim.

O período acima descrito coincidia com o final do governo de Fernando Henrique Cardoso. Durante esse governo, apesar da criação de vários projetos de assentamento (pelo menos formalmente), várias famílias se inscreveram para o programa nacional de reforma agrária por meio de formulários enviados ao INCRA pelos correios, inclusive em Roraima. Porém essas famílias apesar de comunicadas que o seu cadastro foi aceito, nunca receberam o lote. De acordo com Oliveira (2006) esse fato ficou conhecido como a reforma agrária virtual e, em Roraima, segundo Vilhena Júnior (2008), entre cinco a nove mil pessoas inscreveram-se no referido programa, tiveram a confirmação do seu cadastro, mas não foram beneficiadas com o lote.

Em um ambiente de grande crise de desemprego, muitos vislumbraram na terra uma possibilidade para produção e reprodução da vida. Com isso iniciaram algumas mobilizações para pressionar o INCRA a efetuar o que o

3 Este produto ainda passa por estudos e procedimentos de licenciamento ambiental, no entanto já se percebe aquisição de terras para esse fim.

governo federal havia prometido.

Com o final do governo FHC, a situação tornou-se acirrada, pois Lula durante a sua campanha presidencial em 2002 tinha assumido o compromisso de realizar a reforma agrária. Assim, a posse de um presidente de caráter popular acabou por incentivar centenas de pessoas que já estavam cansadas das promessas dos representantes do Estado à ocuparem áreas públicas da União para pressionarem o INCRA a realizar a tão prometida reforma agrária.

Nesse ínterim, o novo governo lançou o II PNRA com o fito de atender às demandas por reforma agrária exigidas por amplos setores da sociedade nacional. Mas, ao longo do mandato, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi afastando-se dos setores populares e, concomitantemente, aproximando-se da burguesia nacional, dando continuidade, assim, ao modelo neoliberal do seu antecessor. Em contrapartida, os sem-terra e os movimentos sociais rurais aprofundaram as ocupações de terra em Roraima para pressionarem o INCRA, principal executor do referido plano, a assentar, de forma efetiva, as famílias que estavam acampadas em terras da União. Esse novo cenário ensejou o surgimento de uma situação conflituosa que contribuiu para o afastamento de vários superintendentes do INCRA/RR, seis ao longo do governo Lula.

Em 2003, a FETAG/RR já estava criada e tinha em sua base 12 sindicatos de trabalhadores rurais. A Central de Assentados de Roraima criada em 2000, mesmo ano de fundação da Federação de Trabalhadores na Agricultura, passou atuar junto com a entidade sindical. Somadas a essas, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Boa Vista organizou as famílias que estavam cadastrada no INCRA e ainda não beneficiadas com um lote, bem como um conjunto de trabalhadores desempregados ou informais da periferia da capital do estado e acamparam em várias áreas destinadas para projetos de reforma agrária. Assim, iniciava-se um novo tempo de luta pela terra em Roraima.

Diante desse novo cenário, iniciou-se o processo de ocupação de áreas da União. A primeira iniciativa dessa natureza no Estado ocorreu em 2003 com a ocupação da antiga fazenda BAMERINDUS, que foi repassada ao INCRA em 2001⁴, para fins da reforma agrária, tendo em vista que, passados dois anos, os

4 Fazenda tomada pelo Banco Central do Brasil em virtude das dividas deixadas pelo antigo Banco

projetos de assentamento ainda viviam de promessa. Em seguida, foram formados os acampamentos no Tatajuba e do Ajarani, nos municípios de Cantá e Iracema, respectivamente. (VILHENA JÚNIOR, 2008).

Conforme esse autor, a estratégia usada era a de pressionar o INCRA para que logo fossem criados os projetos de assentamento para atender as demandas dos sem-terra de Roraima incluindo, não apenas os inscritos na reforma agrária virtual do governo anterior, mas também os novos demandantes que foram e iam surgindo. Outra preocupação que motivava as entidades que mobilizaram os acampados (FETAG, STR de Boa Vista e CAR), era o manifesto interesse do governo de Roraima nas terras da BAMERINDUS – cujo intento era atrair grupos empresariais para investirem na monocultura da soja.

Nos acampamentos do interior do Estado, o que impulsionava o movimento sindical, além do desejo de garantia de um lote para cada acampado, era uma disputa de espaço com os grileiros de terras, que há anos atuavam no estado de Roraima com fins especulativos, que vão desde a ampliação de latifúndios à extração ilegal de madeira, dentre outros (VILHENA JÚNIOR, 2008). Essa forma de mobilização representava uma novidade tanto para o movimento sindical quanto para os movimentos sociais envolvidos com a questão agrária, que até então estavam habituados com manifestações em frente à sede do INCRA, para reivindicar a liberação de créditos, recuperação de vicinais, dentre outras demandas.

Em relação ao acampamento da Fazenda BAMERINDUS, os interessados começaram a se organizar por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boa Vista, da FETAG/RR, da CAR. A seguir resgatamos a fala de uma ex-acampada, que esclarece sobre a forma de contato entre os sem-terra e a organização da ação de ocupação:

Porque nós não tínhamos onde morar, morávamos de favor, ai quando a gente soube que o INCRA estava dando as terras de assentamento a gente se cadastrou lá no bairro mesmo, na associação, porque ai foi quando a gente veio, porque a gente já não aguentava mais trabalhar para os outros. A gente soube dessas terras por intermédio do Sindicato que existia lá no bairro que a gente morava, (...) eles reuniam o pessoal lá em Boa Vista para definir as

BAMERINDUS e posteriormente doada ao INCRA para fins de reforma agrária.

datas que a gente viria para o acampamento, ai juntava aquele monte de gente, as vezes reunia 200, 300, 500 pessoas para discutir essas questões. Essas reuniões eram organizadas pela CAR e STR.⁵

O processo de mobilização das famílias interessadas em participar do programa de reforma agrária do governo Lula foi iniciado pelos sindicatos de trabalhadores rurais e por movimentos sociais.

Naquele período, um grupo acampou na área do PA Nova Amazônia (Murupu) e, no início de 2004, outro acampou no PA Nova Amazônia I (Truaru), numa região um pouco mais distante, a aproximadamente 70 Km de Boa Vista. Nesse ínterim, ocorreu uma série de negociações entre a direção do INCRA e as entidades organizadoras das ocupações, nas quais eram socializadas as informações com as famílias acampadas. O grupo do Truaru permaneceu quatro dias acampado e, após reunião em que estavam o então superintendente do INCRA, Lurenas Cruz, bem como representantes da CAR, da FETAG e do STR de Boa Vista, ficou estabelecido que em 90 dias aquele órgão providenciaria a instalação das famílias cadastradas e que, assim, não seria necessário permanecerem acampadas em condições precárias, conforme nos informou o senhor Mozarildo da Silva, assentado do Truaru, em entrevista concedida no ano de 2008.

Passados os 90 dias, o INCRA não cumpriu o acordo e, aproximadamente, 200 famílias retornaram para o Truaru, entre os meses de maio e junho de 2004, para de lá não mais saírem.

Quando nós entramos a gente passou 4 dias, ai veio o pessoal do INCRA, o Lurenas e seu Pedro, estava também o Zaqueu e a Dalva era uma turma ai para negociar com a gente para gente sair para depois o INCRA regularizar o assentamento, ai deram 90 dias, ai a gente foi e saiu. Isso foi em fevereiro, ai em maio veio a primeira turma para ficar em definitivo, e depois a gente veio em junho em definitivo também, porque o INCRA não dava resposta para gente⁶.

Durante o período de um ano, os acampados viveram de forma coletiva: produzindo, morando, compartilhando os momentos de lazer, como se percebe na fala de Dona Santinha:

5 Entrevista realizada com a Sra. Santa Isabel Mesquita, Dona Santinha, assentada do PA Nova Amazônia I, 2008.

6 Entrevista realizada com o Sr. Mozarildo da Silva, assentado do PA Nova Amazônia I, 2008.

A gente ficou junto porque o INCRA ainda não tinha demarcado os lotes, assim ficava todo mundo junto, em uma área coletiva, todo mundo vivia acampado em baixo das mangueiras, em baixo dos cajueiro, em uns barracões que havia na época. Então foi assim que a gente passou mais de seis meses nesse período de coletividade⁷.

Interessante notar como as formas de organização, com base no trabalho coletivo, foram surgindo: “teve vários acampamentos aqui dentro espalhados assim. A gente se juntava em um grupo de 10 pessoas, 20 pessoas e tirava um líder e ele definia quem ia para roça e quem ia para a cozinha”⁸.

No entanto, segundo o atual presidente Central dos Assentados de Roraima, senhor Ricardo José Ferreira de Brito, na época do acampamento da Fazenda BAMERINDUS houve um conflito de interesses entre as famílias sem-terra e parte das lideranças do movimento que estavam aliadas ao superintendente do INCRA. A referida fazenda dispunha de todo seu patrimônio, gado, maquinário e casas que as famílias de acampados pretendiam utilizar no futuro assentamento, porém surgiram várias denúncias de desvio de equipamentos e do próprio gado (CARDOSO, 2009).

Além das denúncias de desvio de patrimônio público, também houve uma tentativa de manipular politicamente as famílias acampadas na antiga Fazenda BAMERINDUS e isso causou uma revolta nas pessoas que aguardavam pelo seu lote. Assim, naquele momento houve uma grande mobilização das famílias acampadas que tentaram e conseguiram destituir o do superintendente do INCRA:

botamos o superintendente para fora, aí teve a negociação com o pessoal que veio de Brasília. A gente passou mais de 48 horas cercado pela polícia que pretendia tirar a gente de lá. A gente queria tocar fogo no INCRA, depois ficamos com medo de tocar fogo porque tinha muitas crianças e mulheres dentro do INCRA, aí muitos não deixaram tocar fogo. A situação ficou difícil, aí chegou um advogado para negociar, formamos uma comissão e negociamos a saída do INCRA. Fizemos toda essa manifestação porque a demarcação dos lotes não andavam e o crédito de apoio inicial não saía⁹.

7 Entrevista realizada com a Sra. Santa Isabel Mesquita, Dona Santinha, assentada do PA Nova Amazônia I, 2008

8 Idem.

9 Entrevista realizada com o Sr. Mozarildo da Silva, 2008

Na sequência daquela manifestação, com a chegada do novo superintendente, senhor João Batista, as denúncias de corrupção começam a ser apuradas; porém, a relação com as famílias acampadas continuou tensa. Foi iniciada a demarcação dos lotes a partir de um convênio assinado entre o INCRA e o Sexto Batalhão de Engenharia e Construção do Exército (6º BEC). Dessa forma, as famílias começam a receber seus lotes e as lutas do acampamento foram ficando na lembrança dos antigos acampados da Fazenda BAMERINDUS.

O tempo do acampamento foi um tempo de aprendizado coletivo. Mas como ocorre em outras realidades, a passagem para o assentamento é um momento de separação, de distanciamento daquela primeira comunidade que congregou um conjunto de pessoas em busca de um só objetivo: a terra. Agora na condição de assentados os projetos tendem a caminhar para as soluções individuais (PEREIRA, 2004).

A avaliação do presidente da CAR, Sr. Ricardo José Ferreira de Brito, nos remete a esse universo: “porque a questão das organizações ela se perde depois que existe o assentamento, depois que você está com a sua terra, você esquece a época do acampamento, esquece que você brigou muito, esquece que tem uma organização”.

Assim, após a conquista do assentamento e a euforia da vitória, os ex-acampados da antiga fazenda BAMERINDUS passaram para condição de assentados do PA Nova Amazônia e do PA Nova Amazônia I. Nessa nova etapa, as lutas seriam diferentes, pois nem todos resistem às dificuldades impostas pelo atual modelo de assentamento implementado pelo governo federal; alguns persistem, porque encontram na terra uma autonomia que lhes permite uma vida melhor: “nós ficamos e não recebemos casa, nem crédito e não fomos embora porque a gente não queria voltar a trabalhar para os outros, ai ficamos aqui mesmo. E a nossa vida aqui está muito melhor”¹⁰.

A transformação da luta pela terra em Roraima chamou atenção de um dos maiores se não o maior movimento social do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esse movimento chegou ao estado em

10 Entrevista realizada com a Sra. Santa Isabel Mesquita, Dona Santinha, assentada no PA Nova Amazônia I, 2008

2006 por determinação da Coordenação Nacional e sob a responsabilidade da Coordenação Regional de Pernambuco. Distintamente de outras regiões, em Roraima o MST se configura muito mais aos moldes de uma organização partidária do que efetivamente de um movimento social, pois é uma organização formada por quadros com responsabilidade de formar uma base e conquistar simpatizantes para suas fileiras.

Roraima é a vigésima quarta unidade da federação em que o MST se instala e com sua presença no estado ocorre uma intensificação do número de acampamentos e o seu foco são as terras da União. Porém algumas propriedades particulares, algumas sem titulação comprovada, chamaram atenção do movimento.

O MST iniciou um processo de contato com trabalhadores desempregados e com jovens na periferia da cidade de Boa Vista, como forma de apresentar uma alternativa para essas pessoas que são precariamente atendidas por programas assistencialistas do governo do estado de Roraima e da prefeitura de Boa Vista. Foi assim que o movimento conseguiu aglutinar forças para começar suas ações de ocupação de terras da União.

Dessa forma, foram ocupadas várias áreas no município do Cantá e foram instalados os acampamentos do Patoá, Pau Brasil, Pau Rainha e Jatobá, dentre outros, todos em terras da União. Também foram ocupadas algumas propriedades particulares, que o movimento classificava como terras griladas, improdutivas ou abandonadas e que não cumpriam a função social da terra conforme estabelecido no Estatuto da Terra.

Na investigação realizada foi possível perceber que os assentados valorizam as entidades e os movimentos sociais que trabalham pela organização dos trabalhadores rurais e agricultores de base familiar. No entanto, as próprias circunstâncias de moradia em lotes distantes, em regiões remotas e de difícil acesso dificulta sua comunicação e interlocução com o Estado e com a própria sociedade. Assim, sem o trabalho de mobilização, de formação e de organização promovidos pela CAR, CPT, FETAG, MMC e MST, seria muito mais custoso para essas famílias o estabelecimento de laços de unidade para conquistarem os seus objetivos.

O significado da terra para as famílias assentadas pode ser percebido

pelas palavras de três de nossos entrevistados:

A nossa vida está muito melhor, a gente se sente muito bem, porque tudo que a gente planta e tudo que a gente cria é da gente. Então isso para gente é muito bom¹¹.

Nós estamos morando no nosso lote, sem ter que pagar aluguel, sem ter que trabalhar para os outros¹².

um agricultor estar no seu próprio lote, representa liberdade, ele tá liberto, ele está no seu próprio lote, para ele como cidadão brasileiro, cidadão comum, chefe de família é uma liberdade porque ele é o patrão, ele não é o empregado, mesmo produzindo pouco, mas ali ele é o patrão do seu próprio trabalho¹³.

Assim, podemos compreender o significado da terra para quem não tinha emprego ou vivia em situação de humilhação e exploração e agora é dono do seu próprio destino. Estar assentado significa uma vitória depois de um longo processo de luta. Nesse caso, não contra o latifúndio, mas contra o próprio Estado, que deveria promover a reforma agrária.

O processo recente de luta pela terra em Roraima demonstra que existe uma conexão com a luta pela reforma agrária em outras regiões do país. Mesmo que o estado disponha de uma quantidade significativa de terras disponíveis é necessário a mobilização, a luta, a pressão e a organização popular para que o Estado efetivamente cumpra com o que esta estabelecido no Estatuto da Terra, na Constituição Federal e até mesmo nos próprios programas de governo. E o acesso a terra efetivamente possibilita a melhoria da qualidade de vida das pessoas (HEREDIA E OUTROS, 2008).

Os resultados da pesquisa demonstraram que o Estado brasileiro, em particular o INCRA, dispõe de uma agenda própria para implementar suas ações no campo, contudo, no caso de Roraima a organização e a articulação das famílias sem terra e assentadas, em conjunto com os movimento social e sindical rural, foi extremamente importante para que as ações governamentais fossem desenvolvidas. Assim, mesmo que de forma distante de um efetivo programa de reforma agrária, e atravessado por uma atuação pontual e

11 Entrevista realizada com o Sr. Mozarildo da Silva, 2008.

12 Entrevista realizada com a Sra. Santa Isabel Mesquita, Dona Santinha, 2008.

13 Entrevista realizada com o Sr. Claro Matias, 2008.

focalizada, o Estado foi obrigado a responder, mesmo que parcialmente, as pressões populares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner de. O Intransitivo da transição: o estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia. In: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia E. de. (orgs). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. 2. ed. Belém : CEJUP; Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992.

BARROS, Nilson Cortez C. **Roraima: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional** : estudo de ocupação pioneira na América Latina. Recife : Editora Universitária da UFPE, 1995.

BRENNEISEN, Eliane. Assentamentos rurais: estabelecendo um diálogo entre duas perspectivas de análise. In: FRANÇA, Galvão de França; GERD, Sparovek (Coords). **Assentamentos em debate**. Brasília : MDA/NEAD, 2005. p. 206-237

CARVALHO, Horácio M. de. Resistência social contra a expansão das monoculturas. In: CANUTO, Antônio et. al. **Conflitos no campo – Brasil 2007**. Goiânia : CPT-Nacional, 2007.

DINIZ, Alexandre. A evolução da fronteira em Roraima: o caso das Confianças I, II e III. In: FORMAÇÃO do espaço amazônico e relações fronteiriças. Boa Vista, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Impactos socioterritoriais da luta pela terra e a questão da reforma agrária: uma contribuição crítica à publicação A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira. In: FRANÇA, Galvão de França; GERD, Sparovek (Coords). **Assentamentos em debate**. Brasília : MDA/NEAD, 2005. p. 113-132.

FIGUEIREDO, Roberta Maria B. **Fronteira e identidade**: um estudo sobre os deslocamentos de “maranhenses” para o sudeste do Pará como estratégias de manutenção da condição camponesa. UFMA : Mimeo. s/d

GONÇALO, José Evaldo. **Reforma Agrária como política social redistributiva**. Brasília : Editora Plano, 2001.

GONÇALVES, Renata. Assentamentos como pactos de (des)interesse nos governos democráticos. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 15/16, p.184 – 195, 2005/2006. p.184-195.

HEREDIA, Beatriz Maria e outros. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (orgs.) **Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária** : paz, produção e qualidade vida no meio rural. 2004. http://www.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf. Acesso em: 15 de dezembro de 2006.

IANNI, Octavio. **Colonização e contra reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

MARQUES. Marta Inez M. Terra e modernidade em assentamentos de reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen F. (org.) **Significados da Terra**. Brasília : Editora UNB, 2004.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência (a questão política no campo)**. São Paulo : Hucitec, 1980.

_____. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo : HUCITEC, 1997.

_____. **O sujeito oculto**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2003.

MENEZES NETO, Antonio Julio. **O MST, a ética da fé e a luta pela terra no Brasil**. Memórias do XXVII Congresso da Asociación Latino Americana de Sociologia. Buenos Aires, 31 de agosto a 4 de setembro de 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A não reforma agrária do MDA/INCRA no governo Lula**. In: Reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural – CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS, mar. 2006. Disponível em: <http://www.landaction.org/gallery/ANaoReformaAgrariaNoGovernoLULA.pdf>. Acessado em: 14 out. 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 6ª ed.. Petrópolis : Vozes, 1988.

PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas. In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho; SANTOS, Raimundo (orgs.) **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

PEREIRA, José Roberto. Terra e reforma agrária. In: WOORTMANN, Ellen F. (org.) **Significados da Terra**. Brasília : Editora UNB, 2004.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. **“Garimpando” a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política**. Belém, 1996. 131f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará.

SANTOS, Maria José dos. **A implantação dos Projetos de Assentamento e a criação do Sindicato Rural em São João da Baliza nas décadas de 1970 a 1980**. Boa Vista, 2006. 67 f. Monografia (Especialização em História Regional) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Políticas públicas, economia e poder**. Belém, 2004. 271f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Políticas públicas, economia e poder**. Belém, 2004. 271f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos da Amazônia, Universidade Federal do Pará.

SAYAGO, Doris; MACHADO, Luciana. O pulo do gato: o INCRA e a questão fundiária na Amazônia. In: SAYAGO, Doris; TOURRAND, Jean-François; BURSZTYN, Marcel. (Org.) **Amazônia cenas e cenários**. Brasília : Editora UNB, 2004.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo : Edições Loyola, 1993.

VALE, Ana Lia Farias. **O Ceará em Roraima: migração de cearenses 1980-1999**. Jaboticabal : FUNEP, 2005.

VILHENA JÚNIOR, Waldemar Moura. **Trajetória de Luta pela Terra dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Ajaraní: do Acampamento ao Assentamento**. Boa Vista, 2008. 137 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Roraima.

WEHRMANN, Magda E. S. F. **A soja no cerrado de Roraima: um estudo da penetração da agricultura moderna em regiões de fronteira**. Brasília, 1999. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília.